

A Segunda Guerra Mundial
e o lugar da mulher na
sociedade nas páginas da
imprensa brasileira¹

The Second World War and
the place of women in society
in the pages of the Brazilian
press

La Segunda Guerra Mundial
y el lugar de la mujer en la
sociedad en las páginas de la
prensa brasileña

Alexandre Fortes²

Resumo: O artigo dialoga com a historiografia referente ao impacto social da Segunda Guerra Mundial e às particularidades do desenvolvimento histórico da luta pelos direitos das mulheres na América Latina. Tomando como base matérias publicadas em dois periódicos brasileiros, o jornal *Correio da Lavoura* e a revista *Diretrizes*, são examinados temas como a convocação das mulheres brasileiras à mobilização cívica à medida que o país aprofundava seu envolvimento com o conflito, o relato sobre experiências de engajamento em atividades produtivas e militares tradicionalmente masculinas em diferentes países e o debate sobre as mudanças no lugar da mulher na sociedade do pós-guerra. **Palavras-chave:** segunda guerra mundial; mulheres; imprensa.

Abstract: The article dialogues with historiography on the social impact of the Second World War and the particularities of the historical development of the struggle for women's rights in Latin America. Based on articles published in two Brazilian periodicals, the *Correio da Lavoura* newspaper, and the *Diretrizes* magazine, the article examines themes such as the call for Brazilian women to take part in civic mobilization as the country became more involved in the conflict, reports on experiences of engagement in traditionally male productive and military activities in different countries, and the debate on changes in the place of women in post-war society. **Keywords:** second world war; women; press.

Diversos autores e autoras tem destacado o impacto das experiências de guerra total, em geral, e da Segunda Guerra Mundial, em particular, como catalizadoras de processos de transformação social, impactando relações de classe, raça e gênero em diversos países que se inseriram em graus e formas variáveis nos combates militares (Calder, 1992; Eley, 1995; Hobsbawm, 1994; Milkman, 1987) (Alexander, 1997; Lichtenstein, 2000) No que diz respeito à América Latina, embora essa conexão entre guerra e mudança social tenha sido considerada inexistente ou irrelevante por alguns, (Anderson, 1989; Centeno, 2002; Cytrynowicz, 2000) cresce a produção historiográfica que demonstra como fatores como a integração à economia de guerra dos EUA, a polarização entre fascismo e antifascismo e as transformações geradas pela guerra nos debates sobre identidade nacional e nos movimentos políticos nacionalistas desencadearam processos que abalaram noções tradicionais de autoridade e hierarquia social (Fortes, 2024; Herman, 2022; Pavilack, 2011).

No que diz respeito à conquista de direitos civis, sociais e políticos pelas mulheres, a Segunda Guerra Mundial é reconhecida como marco inicial de uma “segunda onda”, de alcance global, sacramentada pela Organizações das Nações Unidas em 1948 com a explicitação da igualdade de direitos entre ambos os gêneros na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 (Therborn, 2006) Uma das consequências mais visíveis dessa “segunda onda” foi a extensão do direito a votarem e serem votadas às mulheres em um grande número de países de diversos continentes no período imediatamente subsequente à vitória Aliada de 1945 (Eley, 2005).

Mas embora a guerra tenha tido um impacto significativo e multifacetado na vida das mulheres, desafiando os papéis de gênero tradicionais e levando a mudanças sociais e políticas, ela também reforçou concepções tradicionais, como a centralidade da maternidade. Embora mobilizadas para exercer atividades profissionais tradicionalmente masculinas na economia de guerra, as mulheres eram muitas vezes responsabilizadas pelas deficiências percebidas na vida familiar da classe trabalhadora, vistas como causa do aumento da criminalidade. A ampliação da inserção das mulheres em diversos ambientes produtivos, nas forças armadas, na resistência, assim com o contato com

tropas estrangeiras, incluindo a exposição ao risco de estupro e a necessidade de recorrer à prostituição, fortaleceram a suspeição moral sobre elas. Todos esses fatores influenciaram na adoção de políticas de bem-estar social que estimulavam a “re-domesticação” feminina no pós-guerra, como o fechamento de creches públicas e o condicionamento do pagamento de auxílios sociais a um número elevado de filhos e à dedicação exclusiva à vida doméstica (Field, 1990).

Estudos sobre as especificidades da trajetória de luta pelos direitos femininos na América Latina na primeira metade do século XX ressaltam a força da Igreja Católica na obstrução de avanços na legislação, as confluências e diferenças entre militantes operárias e reformadoras de classe média e o desenvolvimento de estratégias discursivas aparentemente reafirmadoras da lógica patriarcal mesmo em situações de claro exercício de protagonismo político feminino (Fraccaro, 2018; French; James, 1997; James, 2000; Pinto, 2023) Embora a guerra não tenha se estabelecido como um marco tão auto-evidente de mudança na condição feminina na região, ela “suscitou sentimentos de esperança, relevância e urgência” na rediscussão do lugar das mulheres na sociedade, já que elas “sofriam as consequências, tanto quanto os homens, sem ter uma voz nos assuntos nacionais e internacionais” (Lavrin, 1995, p. 284).

Até o início da Segunda Guerra Mundial, apenas Equador (1929), Brasil (1932), Uruguai (1932) e Cuba (1934) haviam estendido o direito de voto às mulheres (Therborn, 2006, p. 140) As resoluções da “*Conferencia Interamericana sobre Problemas de la Guerra y de la Paz*” ocorrida no Castelo de Chapultepec, no México, no início de 1945, incluem um capítulo sobre “Os direitos da Mulher na América” que destaca a aprovação do sufrágio feminino após 1939 também em El Salvador, Panamá, República Dominicana e Guatemala, assim como o seu reconhecimento em eleições municipais ou mesmo em alguns estados no Peru, Chile, Argentina, Venezuela, México e Colômbia. Enfatizando que as mulheres representavam mais da metade a população das Américas, a conferência recomendava que “dentro das condições peculiares dos respectivos países, os Governos das Repúblicas Americanas” adaptassem “seus sistemas de legislação” para “suprimir discriminações que ainda possam existir por razão de sexo, e

que afetam a prosperidade e engrandecimento intelectual, social e político das nações do Continente” (Conferencia Interamericana sobre Problemas de la Guerra y de la Paz, 1945).

No caso brasileiro, porém, o exercício em larga escala do sufrágio feminino só viria a ocorrer, de fato, a partir de 1945 (French; Cluff, 1997, p. 197) Lideranças femininas de diferentes matizes ideológicos emergiram nas eleições legislativas que passaram a ocorrer com periodicidade regular na primeira experiência democrática brasileira, e a relação da sua vida política com as vivências dos tempos de guerra é um importante campo de pesquisa que começou a ser mais explorado recentemente. O caso mais bem estudado até o momento é o das militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB), que haviam atuado nas lutas contra a carestia e o açambarcamento de mercadorias durante a guerra, que desembocaram na criação de Comitês Democrático Populares em diversas áreas metropolitanas do país (Nunes, 2021; Soares, 2019).

Este artigo utiliza como fontes artigos publicados em dois órgãos da imprensa brasileira, selecionados em função da acessibilidade e das possibilidades de classificação temática dos conteúdos publicados como resultado de trabalhos prévios de digitalização e catalogação desenvolvidos pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e pelo Centro de Documentação e Imagem da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. As publicações abordadas exemplificam duas faces complementares da imprensa nacional no período: a nacional e a local. A revista *Diretrizes*⁵ se constituiu num importante órgão de expressão da ampla aliança de correntes políticas e intelectuais antifascistas. Já o *Correio da Lavoura*,⁴ era um semanário publicado na cidade de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Ambos trataram em suas páginas da conexão entre os impactos globais e locais da Segunda Guerra Mundial e as mudanças percebidas, demandadas ou criticadas no que diz respeito ao lugar da mulher na sociedade.⁵

“As vantagens e o sabor da liberdade”

Em dezembro de 1941, uma semana após o ataque japonês a Pearl Harbor,

Silvino Silveira, editor do jornal *Correio da Lavoura*, de Nova Iguaçu, publicou uma coluna endossando as ideias contidas em um texto recente de Frota Pessoa, articulista do *Jornal do Brasil*, sobre as mudanças que a guerra trazia para a relação entre homens e mulheres. Para Silveira, não havia dúvida de que competia à mulher “a direção do seu lar - o desempenho cabal de suas atividades domésticas e a educação de seus filhos”, mas, destacava ele, essas condições frequentemente falhavam nas sociedades modernas, e assim a mulher se tornava “automaticamente equiparada ao homem, sob o ponto de vista da sua interferência na vida profissional e social.”

Ao estudar para “a aquisição de meios de subsistência que lhes permitam uma vida econômica independente”, as mulheres solteiras não poderiam prever se viriam a se casar e a ter filhos ou se seriam abandonadas pelos maridos. Portanto, “sua pretensão em se assegurarem um futuro isento de privações e sofrimentos”, era perfeitamente legítima. O jornalista iguaçuano considerava “inteiramente fútil a controvérsia da igualdade dos sexos ou da superioridade de um sobre o outro”, pois nada colocaria em questão o fato de que “a mulher é um ser humano livre, que tem direito a regular o seu destino e a organizar sua vida de acordo com seus pendores e interesses”, recebendo, para isso, “a educação que lhe pareça a mais adequada”. Qualquer “coação tendente a privá-la dessa prerrogativa” fracassaria necessariamente “perante a sua resistência, cada dia mas inflexível.”

Mais do que isso, afirmava Silveira concordando com Frota Pessoa, o homem havia perdido a “autoridade moral para impor à mulher tais ou quais atividades e proibir-lhes estas ou aquelas”. Como “único diretor do mundo”, o gênero masculino teria agido da forma “mais desorientada, antissocial e desumana”, não por serem os homens intrinsecamente perversos, em função de seus preconceitos e egoísmo. A inteligência masculina, “mais especulativa do que penetrada de um profundo humanismo”, o havia impelido “para todos os desastres, em uma inconsciência irremediável e trágica”. Assim, quaisquer propósitos “de reconduzir a mulher à atmosfera da Idade Média” seriam ridículos e contraproducentes: “Ela conheceu as vantagens e o sabor da liberdade e não aceitará nunca mais a condição do cativo”. Diante do “sangrento terremoto”

que se espalhava pelo mundo, eram as “atividades femininas, sólidas, concretas” que ofereciam esperança de um futuro melhor (Silveira, 1941). Cabia aos homens a culpa pelos horrores da guerra e isso comprometia a legitimidade da sua dominação senhorial no lar e na família.

Ao longo do ano seguinte, o envolvimento do Brasil no conflito se aprofundava de forma acelerada. Em janeiro de 1942, ao final da conferência dos chanceleres dos países americanos ocorrida no Rio de Janeiro, o país rompeu relações diplomáticas com o Eixo. Sete meses depois, após protestos antifascistas tomarem as ruas dos principais centros urbanos, alimentados pela comoção popular diante dos afundamentos de navios brasileiros, o governo brasileiro declarou guerra à Alemanha e à Itália (Fortes, 2024). Já no início desse processo, a iminência do envolvimento nos combates demandava que as mulheres brasileiras fossem conclamadas a diversas formas de engajamento. Em fevereiro de 1942, a revista *Diretrizes* estampava a manchete “Precisamos de 20 mil enfermeiras - Apelo à Mulher Brasileira” (Precisamos [...], 1942)⁶. A matéria destacava a importância de ter sido criada no Rio de Janeiro já em 1932 a Escola Ana Néri, que formava profissionais qualificadas, responsáveis por ações fundamentais para o país, tais como “proporcionar cuidados técnicos aos doentes em hospitais e a domicilio”, “organizar serviços de enfermagem de saúde pública” e “efetuar uma campanha profilática para prevenção de moléstias e disseminar preceitos de higiene preventiva”. Nos seus dez anos de funcionamento, a escola tinha se distinguido por ensinar “a arte de enfermagem hospitalar e saúde pública” a “moças com fundamento educacional ao nível do ensino normal e secundário, base social e decidida vocação”. As egressas da Ana Néri estavam habilitadas a “contribuírem eficientemente para o desenvolvimento da medicina e da raça brasileira.”

Lais Neto dos Reis, diretora do estabelecimento, via na ruptura de relações com o Eixo uma grande oportunidade para retomar seus esforços para iniciativas mais ousadas que até então tinham encontrado resistência. Reis defendia que no 5º ano do curso secundário das estudantes de sexo feminino fossem “reservadas duas horas semanais destinadas à aprendizagem de enfermagem, puericultura, problemas de maternidade, socorros de urgência e outras matérias necessárias

à educação completa da mulher”. Após cursarem essas disciplinas, as alunas receberiam uma caderneta, sem a qual “não poderiam aspirar ao ingresso nos cargos públicos ou nas escolas superiores”. Mais do que isso, “aquelas que não dispusessem dela também não estariam habilitadas ao casamento”, uma medida que traria inumeráveis benefícios “ao indivíduo e à sociedade.” A necessidade antevista de profissionais de saúde do sexo feminino numa escala inédita tornava-se assim uma oportunidade para aprofundar a implementação da agenda higienista e fortalecer a associação entre os atributos “naturais” de mãe e esposa responsável pelo “aperfeiçoamento da raça” na esfera familiar e os serviços de cuidado demandados pela defesa da nação.

A professora e médica Carlota Pereira de Queiroz primeira brasileira a exercer atividade parlamentar na Constituinte de 1934, destacava que naquela hora era necessário lembrar que as mulheres também tinham “deveres cívicos”. Ao ser empossada como “membro honorário” da Academia Nacional de Medicina (ANM), Queiroz se posicionava como continuadora da atuação política do avô, líder republicano no interior de São Paulo, e do pai, que chegou a ser Secretário de Justiça no mesmo estado. Atuando como professora, adotou o método de Maria Montessori para tratar de problemas de psicologia infantil. Seu sucesso nessa empreitada levou o catedrático Miguel Couto a estimulá-la a cursar medicina já em idade madura. Para Queiroz, tanto sua vida profissional quanto sua atuação política expressavam “uma verdadeira obsessão pelo futuro da Pátria”. Assumidamente integrante de uma pequena elite, ela agregava ainda os atributos de sua ampla experiência internacional e de sua paixão pelas artes e pelas ciências para legitimar suas proposições sobre o papel da mulher brasileira diante dos desafios trazidos pela guerra. Declarando nunca ter se “arvorado em líder feminista”, reconhecia que sua atuação, inadvertidamente, carregados “o germe dessa coisa inexistente ainda hoje, porém, no futuro, organizada e poderosa que haveria de ser, um dia, o partido feminista”.

Era a partir da sua experiência na criação do Laboratório de Biologia Infantil e do curso preparatório de Serviço Social na capital da República que Queiroz havia formulado a proposta que apresentara na Constituinte de 1934 de um serviço cívico feminino, que resgatava oito anos depois, no contexto

de entrada do país na Segunda Guerra Mundial. Tratava-se, dizia ela, de um mero “juramento à bandeira,” uma exteriorização do “sentimento sublime,” que as mulheres carregavam no seu íntimo, associada à sua preparação para a mobilização “em caso de guerra ou de calamidade pública”, atuando como “datilógrafas, *chaufeusses*, costureiras, enfermeiras, químicas, simples guardiãs de crianças”.

No seu discurso na ANM, Queiroz atribuía a homenagem que recebia ao momento histórico vivido, em que “homens, mulheres e crianças [...] sofrem e morrem pela causa da liberdade,” tornando natural que todos buscassem se auxiliar mutuamente. *Diretrizes* louvava o exemplo e as propostas da homenageada como expressão da “verdadeira expressão do feminismo”, que a tinha levado a conquistar “a confiança dos homens”, permitindo assim que depois dela muitas viessem a “demonstrar a eficiência de sua cooperação em todos os ramos da atividade humana.” A guerra demandaria a ação das mulheres nos “hospitais de sangue” e na “defesa passiva,” liberando assim “os homens para o serviço militar ativo”. Definindo a guerra em curso como uma luta “pela liberdade, pela justiça, pela redenção da humanidade”, Queiroz apostava que “a mulher brasileira, arrastada pelo mesmo idealismo” se lançaria “nessa nova Cruzada, em busca de uma vitória para o futuro, de uma vitória para tempos melhores” (A Mulher [...], 1942).

O jornalista Alceu Marinho Rego destacava o papel das mulheres em Londres em guerra durante a resistência diante da “tentativa de esmagamento pela arma aérea” levada a cabo pelos alemães em setembro de 1940, que qualificava como surpreendente. Para Rego (1942, p. 10), a história não havia registrado “época anterior em que sobre os ombros da mulher, que os poetas chamaram em diferentes línguas de frágil, divina e incompreendida, pesasse responsabilidade igual à que enfrentam os homens”. Naqueles dias “de catástrofe e libertação”, a mulher consciente afirmava-se, “definitivamente, digna e capaz das reivindicações que vinha gradualmente conseguindo impor às legislações anacrônicas dos países de todos os continentes” (Rego, 1942, p. 10). Já não haveria mais quem não percebesse a “emancipação total da mulher dos velhos preconceitos e restrições que ainda sofria até 1939”. Jornais e filmes

registravam “o trabalho árduo da mulher nas fábricas de munições e armas de guerra, nos Estados Unidos e na Inglaterra, de rendimento igual ao que dava o homem nos tempos de paz” (Rego, 1942, p. 10). Paralelamente, as mulheres realizavam “sacrifícios da vida em que a bravura e o desprendimento rivalizam com os do homem nas frentes de luta.” O autor exemplifica com “a morte de Amy Mollison na capital inglesa”⁷, “o fuzilamento das mulheres que na Europa ocupada mantém a luta contra o invasor bestial,” a “jovem aviadora russa que na área de Stalingrado abate nos céus os pilotos inimigos” e “a enfermeira que atende às vítimas de rua, sob o fogo dos aparelhos fascistas” (Rego, 1942, p. 10).

Rego identificava um claro contraste na forma como as mulheres eram tratadas pelos dois lados na Guerra. As democracias, dizia ele, “aproveitam e dignificam o trabalho feminino e mesmo o seu valor e sangue frio nos combates”. Já o fascismo “enclausura a mulher, aponta-lhe como ‘missão divina’ dedicar sua existência à cozinha e à maternidade, aparecendo nos salões em função decorativa que é a marca mesma do seu rebaixamento social”. Enquanto a democracia elevaria a mulher, “educando-lhe a consciência social”, o fascismo a anulava, “fazendo-a criada do homem e do Estado”. Justamente por isso, nas democracias a mulher estaria a “defender com todas as forças, e até pelas armas, essa civilização em que já é parte ativa, livre, cada dia mais senhora de construir o seu destino ombro a ombro com o homem”.

Era nesse contexto que o autor saudava a Convenção realizada no palácio do Itamarati, pela Federação pelo Progresso Feminino, uma demonstração de que a mulher brasileira queria “dar a sua colaboração de guerra não apenas através dos organismos de ação já existentes,” mas também debatendo “sobre os futuros destinos da mulher e sobre seu auxílio nas deliberações da paz”. Se até o momento não se verifica no país “a emancipação que nos revelam as notícias vindas da Inglaterra, dos Estados Unidos, da Rússia e da China” as brasileiras também se declaravam “com aptidão e vontade para defender o seu lugar sob o sol”, uma disposição que já significava “uma posição antifascista e o direito conquistado de fitar a luz do dia de amanhã” (Rego, 1942, p. 10).

Laís Mota (1942), Secretária da Legião Brasileira de Assistência em Nova Iguaçu, destacava que naquela guerra não valiam “somente os canhões, os bombardeiros, os tanques e os encouraçados”. Todas as armas seriam resultante do trabalho, e portanto, para defender uma nação não bastaria “a ação nas frentes de batalha do céu, da terra e do mar”. A mulher brasileira, mobilizada pela Legião, estaria demonstrando que “a defesa dos lares é, também, a defesa da Pátria”. Os soldados brasileiros poderiam ir para as frentes de batalha “com a convicção de um crente e com a certeza da vitória”, sabendo que Deus não o abandonaria e que “a sua família e o seu lar ficam entregues à dedicação sem limites da mulher do Brasil, cujo passado é exemplo de abnegação e altruísmo”. O Brasil inteiro estaria integrado em “uma só alma, uma só vontade na indignação contra os atentados à nossa soberania e aos nossos direitos”. A primeira-dama Darci Vargas, presidente nacional da Legião, assegurava que não haveria “na retaguarda dos combatentes nem misérias, nem desânimos”. Nova Iguaçu estaria trabalhando “valentemente pela vitória do Brasil”, sob a liderança da “figura dinâmica da sra. América Xavier da Silveira”, diretora do Hospital dos Lázaros. Ao observar “o entusiasmo cívico das legionárias iguaçuanas” Mota se declarava “orgulhosa de ser brasileira,” e assegurava que “no caso em que os nossos inimigos sobrevoem o território nacional, arrojando sobre as cidades brasileiras seus mortíferos engenhos de destruição” a mulher brasileira manteria inquebrantável sua moral e sua cooperação com as autoridades em benefício da proteção individual e coletiva (Mota, 1942, p. 2).

Heroínas e mártires estrangeiras

Numa matéria publicada por *Diretrizes* no início de 1943, Emil Farhat afirmava que as mulheres tinham salvado “dois países na mais espantosa de todas as guerras que o mundo já viu”. O autor se referia, em primeiro lugar, à Grã-Bretanha, “quando esse país só tinha de seu, para enfrentar o nazismo todopoderoso, aqueles frangalhos restantes da retirada de Dunquerque”. Diante da necessidade de, “da noite para o dia, fazer equipamentos militares para três milhões de homens, e ao mesmo tempo, tirar carvão das minas, arar os campos, [...] socorrer diariamente cidades semiarrasadas”, as mulheres inglesas tinham feito de tudo “para que houvesse mais milhões de braços lutando e amparando

os homens que caíam ou os que se cansavam” (Farhat, 1973, p. 9). As mulheres mobilizadas em diferentes atividades não tinham constituído “um exército de retaguarda, mas a linha de frente da batalha da Grã-Bretanha”. Enfrentando o “assalto em massa da avalanche aérea do marechal Goering” elas estavam “em meio aos escombros, buscando os feridos, elas continuavam nas fábricas subterrâneas”. Enquanto “as bombas estilhaçavam tudo na superfície do solo, elas transformaram prados desertos em trigais, elas puxavam trens cujos ferroviários manejavam os canhões antiaéreos”. Sem os “quatorze milhões de braços femininos que se incorporaram conscientemente à luta, os homens ingleses não teriam salvado o seu país” (Farhat, 1973, p. 9).

Naquele momento, contudo, “outro fenômeno de resistência bélica” espantava o mundo. A Rússia lutava sozinha praticamente contra uma Europa fascista já que, “como alardeava von Ribbentrop”, havia 450 milhões de europeus “trabalhando ou lutando pela ‘Nova Ordem’”, embora o líder nazista ocultasse que muito povos dominados sendo obrigados a fazê-lo contra sua vontade. O fato era que com toda força derivada de suas conquistas, os nazistas não tinham sido capazes de “sequer abalar a resistência de um país de 170 milhões” de habitantes. Questionando-se sobre a origem desse “poderio humano” russo, Farhat o localizava na “capacidade de produção e dedicação de 22 milhões de mulheres camponesas e 11 milhões de mulheres operárias”. Sem elas, “o país de Tolstoi e Gorki” já sido transformado em “campo de pouso e repasto do abutre nazista, etapa do seu assalto final ao resto do mundo e à América”. A qualidade da contribuição das mulheres russas para defesa de sua Pátria poderia ser atestada pelo fato de 60% dos médicos e 40% dos engenheiros no país serem mulheres. Essa “volumosa presença das mulheres inglesas e russas na vida e na luta de seus países” não resultaria apenas “das reformas sociais introduzidas em cada uma dessas nações”, pois “elas fizeram muito do que delas se esperava”. A razão seria que elas sabiam que lutavam contra o nazismo, que buscava “carregar a humanidade de volta para a noite da Idade Média,” pregando “a submissão, a escravidão”. Naquele momento, milhões de mulheres levavam “a todos os centros de produção ou de defesa das Nações Unidas sua ajuda fraternal aos companheiros que enfrentam o mais poderoso

grupo de bandidos da história”. A humanidade devia “à mulher britânica, russa, chinesa, norte-americana ou iugoslava, a resistência de seus países ao assalto brutal dos nazi-nipo fascistas”, e essa resistência havia tornado possível “o desencadeamento da ofensiva geral” que conduziria à vitória aliada (Farhat, 1943, p. 9).

A imagem do heroísmo das mulheres de diversos países na resistência ao avanço do nazismo e de seus aliados tornou-se um tópico recorrente das matérias de *Diretrizes* à medida que a guerra avançava. Em agosto de 1943, a revista publicou um artigo de Irina Iskarialina, correspondente da *Collier's* em Moscou, intitulado “As mulheres russas defendem os seus lares”. Iskarialina começava seu relato destacando sua surpresa ao verificar que o trem que a levaria da Riazan a Moscou tinha como maquinista “uma mulher, ainda jovem”, de belo rosto “queimado pelo frio”, com “traços bem delineados e profundos olhos azuis”. A jornalista voltou a encontrar a jovem ferroviária quando ela estava de folga em Moscou. Seu nome era Valentina Shapovalova, tinha 36 anos, nascera em Vladivostok e mais tarde vim mudara para Moscou para cursar o Instituto de Técnicos em Transporte. Fascinada por locomotivas, tinha trabalhado como assistente de maquinista até ganhar experiência suficiente para dirigir “um pesado trem de carga na linha Moscou-Rybnee”, enfrentando no inverno “tempestades, nevoeiros e neve”. Bem-sucedida, foi transferida para uma linha mais importante, e durante a guerra com a Finlândia, recebeu a insígnia de “Trabalhadora Honorária de Estrada de Ferro” por não ter sofrido nenhum acidente. Sua segunda condecoração, a “Insígnia de Honra” foi concedida pelo sucesso no sucesso no “transporte de material para as tropas, sob o fogo inimigo”, já na Grande Guerra Patriótica⁸, apesar do seu trem ter sido bombardeado quatro vezes. Iskarialina se orgulhava de, em tais situações, temer menos pela sua vida do que pela máquina, “tão bela tão poderosa, tão forte!” No primeiro bombardeio, na noite de 25 para 26 de julho de 1941, em Moscou, o trem carregava explosivos e ela recebeu ordem para deixar a estação o mais rapidamente possível. Se fosse atingido por uma bomba, “faria voar pelos ares a tudo e todos a milhas de distância”. Partindo com toda velocidade, foi perseguida por um avião inimigo que fez vários círculos, antes de despejar

uma bomba próxima ao trem. A artilharia antiaérea abateu a aviação alemã e permitiu que o trem russo atingisse o seu destino. Casada com um professor de filosofia, a maquinista não tinha filhos, e nas suas folgas gostava de fazer o trabalho doméstico, ler, ir ao teatro e ver os amigos (Iskarialina, 1943).

A segunda entrevista para a matéria foi feita com Maria Mayachenko, uma jovem guerrilheira ou "partizanka", que recebeu a jornalista no Comitê das Mulheres Antifascistas, "de uniforme cáqui, com uma vistosa boina nos loiros cabelos, parecia uma meninazinha a brincar de gente grande," com o seu "rosto redondo, faces coradas, os olhos muito azuis e infantis". Condecorada com a Ordem da Bandeira Vermelha, Mayachenko, de 19 anos, tinha a mão enfaixada, em função de um ferimento "em um dos combates de guerrilhas com os alemães" Quando a jornalista lhe pediu detalhes dos combates, ela "tornou-se subitamente séria" e demonstrou "a expressão familiar de temor de uma menina de escola quando se levanta para repetir a lição". Após unir as mãos, e respirar profundamente, relatou vir de Smolensk, "onde trabalhava em uma Oficina de Funileiro". Quando a oficina foi evacuada, passou a trabalhar "como enfermeira voluntária em um dos batalhões sanitários", até a chegada do Exército alemão, quando aderiu a "um destacamento de guerrilha cujo comando ficava localizado em uma floresta próxima". Recebeu inicialmente tarefas de reconhecimento, indo "de aldeia em aldeia de modo a ficar bem familiarizada com a região" sozinha ou como parte de pequenos grupos. Numa dessas missões, foi informada por camponeses de que havia alemães desarmados em uma grande cabana, "dando uma festa, dançando e cantando". Mayachenko reuniu seus camaradas, que cercaram a cabana e capturaram 20 alemães, entregues à unidade mais próxima do Exército Vermelho. Na continuidade dos combates entre guerrilheiros soviéticos e soldados alemães, ela foi ferida e escapou por pouco de ser capturada e executada. Após entrevistar Mayachenko, a jornalista obteve autorização para visitar uma Unidade Militar formada por cerca de 50 jovens mulheres, na maior parte de 18 a 24 anos, que haviam abandonado suas ocupações prévias "como estudantes, professoras, operárias" para se voluntariar no Exército Vermelho, sendo aceitas após "severas provas eliminatórias" para integrar grupos de guerrilheiros que operavam de forma independente à

estrutura masculina do exército convencional (Iskarialina, 1943, p. 5-6).

Iskarialina (1943) também entrevistou Nina Notareva, chefe “de um dos principais departamentos de um grande hospital de Moscou”, que estava “pálida e magra depois de ter sido gravemente ferida”, no front, “onde foi condecorada pelo seu trabalho nos campos de batalha”. A invasão alemã ocorrera quando ela se encontrava em Brest-Litowsk, organizando “um dos primeiros batalhões sanitários, um hospital de campanha que seguia de perto o Exército” e chegava a atender de 50 a 2.000 feridos num único dia, “com bombas caindo por todos os lados, com grande parte do seu pessoal morto ou ferido”. Notareva continuava a administrar a iniciativa até ser ferida, viabilizando “operações, transfusões, o controle do trabalho das suas auxiliares, providências para que houvesse bastante remédio para os feridos, cobertores e alimentos suficientes” (Iskarialina, 1943, p. 5-6). Quando os alemães se aproximaram de Moscou durante a batalha de Tarutino, ela carregara “mais de 30 feridos nas próprias costas”. A médica aguardava impaciente sua recuperação para voltar para o front.

Já Maria Ivanova Cuznetzova uma operária de mela idade, tinha nascido e crescido em uma aldeia perto de Kazan, como a filha mais velha de uma grande família. O pai se transferiu para Moscou para trabalhar em uma fábrica e depois mandou buscar a família. Maria empregou-se na mesma fábrica onde, dizia com orgulho, “faziam-se as mais belas lâmpadas de querosene”. Mais tarde, ela se transferiu para uma fábrica de automóveis, na qual inventou “um novo modo de apressar a produção das peças” e se tornou “stakhanovka”, ou seja, “uma operária que durante as mesmas horas de trabalho, isto é, de 8 às 5, produz mais do que as suas companheiras” (Iskarialina, 1943, p. 5-6).

O termo “stakhanovismo”, derivado do nome do mineiro Alexei Stakhanov, refere-se a uma campanha iniciada na União Soviética em meados da década de 1930 que se caracterizava pela exaltação dos trabalhadores que superavam recordes de produtividade como heróis nacionais. Em 1935, Stakhanov superou em 14 vezes a sua meta diária de extração de carvão, alcançando a marca extraordinária de 102 toneladas (Siegelbaum, 1988). A referência positiva a esse

movimento em uma revista publicada em um país capitalista sob uma ditadura de direita, como o Brasil estadonovista pode surpreender, mas se explica pelas particularidades da conjuntura da Segunda Guerra Mundial no país. Ao ingressar na guerra contra o Eixo, o país situava-se no campo aliado que incluía a União Soviética. O período foi marcado também por uma flexibilização da repressão ao Partido Comunista, e alguns dos intelectuais a ele vinculados eram autores de artigos publicados em *Diretrizes*. A exaltação ao produtivismo, por outro lado, coadunava-se perfeitamente à atmosfera do esforço de guerra que unia os comunistas adeptos da linha política de União Nacional contra o Fascismo ao governo Vargas.

Cuznetzova destacava que, embora a produção dependesse em grande medida dos instrumentos e do material, “uma verdadeira ‘stakhanovka’” teria que “criar o seu próprio sistema” visando gastar “o mínimo de energia para produzir o máximo de resultado”. Sua contribuição para a guerra, dizia ela, era produzir “duas ou mesmo três vezes mais do que em tempo normal” (Iskarialina, 1943, p. 5-6). À noite, a maior parte das operárias da fábrica se reunia para “costurar para os soldados que estão no front”. Muitas também participavam de cursos para se habilitar como “*chauffeuses*, auxiliares de enfermeiras, padioleiras, etc”. Não sendo casada, ela tinha “muito tempo para se dedicar a várias espécies de atividades, incluindo o serviço público” como deputada pelo Soviete Regional, para o qual fora escolhida por unanimidade (Iskarialina, 1943, p. 5-6).

Julia Poliakoca, por sua vez, era “um tipo de mulher inteiramente diverso”, com seus 28 anos, “delgada, com feições distintas e bonitas, grandes olhos pretos, um sorriso brilhante e maneiras cordiais”. A jornalista comentava que “a julgar pela sua aparência, ninguém adivinharia que fosse Presidente do Comitê Executivo de um Soviete do Distrito de Moscou” (Iskarialina, 1943, p. 5-6). A russa era “extremamente feminina” e, com seu “cabelo solto até o ombro, *sweater* e saia curta”, assemelhava-se muito “a uma jovem americana”. Após indagar pelo motivo da vista, destacou que “se vocês estão interessadas nas nossas atividades em tempo de guerra, pode crer que o estamos também muito mais nas de vocês” e pediu à jornalista que transmitisse “as mais calorosas saudações das mulheres da Rússia às mulheres da América e dizer-

lhes que sabemos que estão fazendo grandes coisas pela nossa causa comum” (Iskarialina, 1943, p. 5-6).

Filha de uma família de várias gerações de ferreiros de uma aldeia nos Montes Urais, destacava que suas “mais antigas recordações” estavam “ligadas à nossa forja”. O pai sempre desejou que a filha estudasse metalurgia, o que a levou a Moscou, onde ingressou no Instituto de Metais e Ouro, formando-se após cinco anos como metalúrgica na indústria da aviação. Eleita deputada da sua fábrica para um dos Sovietes do Distrito de Moscou, tornou-se membro do Comitê Executivo e, finalmente, presidente, cargo semelhante ao de prefeito. Suas responsabilidades incluíam “organizar a população para a defesa desta parte de Moscou: blackout, brigadas de bombeiros, abrigos, vigias nos telhados, serviço médico sanitário”. Poliakoca recordava que “quando o inimigo estava a 25 quilômetros de Moscou”, havia “12.000 voluntárias trabalhando na defesa” e até “uma velha de 70 anos desempenhou tão bem as suas funções que foi recompensada pelo governo” (Iskarialina, 1943, p. 5-6).

A jornalista concluía sua matéria destacando que na Rússia, toda mulher tinha “uma história para contar”, fosse ela “presidente de um Soviete, datilógrafa, dona de casa, motorneira, empregada em hotel, ou operária”. Suas vidas, tomadas coletivamente eram a vida da Rússia, e as mulheres do país não conheciam o medo. Estavam “combatendo ombro a ombro com os homens pelos seus lares, em cidades e aldeias” concentrando “toda a sua força para a destruição do inimigo”, demonstrando “a sua capacidade de sacrifício, o seu desprezo pela morte, e o seu desejo de colaboração para a vitória final” (Iskarialina, 1943, p. 5-6).

Enquanto as russas lutavam em todas as frentes contra a invasão nazista, mulheres espanholas sofriam nas prisões políticas de Franco. Em setembro de 1943, *Diretrizes* republicou matéria do repórter Ernesto Schauer, da revista *Free World* de Nova York, cuja esposa, detida na fronteira para averiguação da regularidade do seu passaporte, havia passado um mês “no convento-masmorra das freiras Adoratrizes de Gerona”, onde estavam aprisionadas 1.700 mulheres entre dezesseis e os sessenta anos de idade. O relato é apresentado como

um testemunho de como Franco submetia os mais de dois milhões de presos políticos de ambos os sexos às “mais legítimas características do obscurantismo” medieval: “a fome, a opressão e uma intolerância religiosa que faz lembrar as fogueiras da Santa Inquisição” (Schauer, 1943, p. 9, 23). A estrangeira foi colocada a dormir num colchão sobre os ladrilhos em um pequeno espaço livre de um salão repleto de prisioneiras, “mulheres com chales sobre os ombros, com lenços à cabeça, velhas e jovens, sentadas, agachadas e deitadas”. As presas se solidarizavam com a recém-chegada, costurando o seu colchão e lhe oferecendo “travesseiros, lençóis e outras cobertas”. Em toda a prisão, “não havia mais do que duas torneiras e uma bomba, no pátio” para que as detentas pudessem lavar “as mãos, os pés e a cara, sendo terminantemente proibido que ficasse descoberta qualquer outra parte do corpo”. As necessidades fisiológicas eram feitas em quatro latrinas “colocadas num dormitório com uma simples separação de cortinas sem papel de espécie alguma”. Havia somente duas enfermarias com sessenta leitos e não havia nenhuma calefação. Anciãs, “muitas impossibilitadas de andar” ocupavam a maior parte das camas, pois “das que ficavam doentes, somente um pequeno número podia ocupar a enfermaria” (Schauer, 1943, p. 9, 23).

Na hora das refeições, as freiras usavam baldes para servir “um caldo pobre e desagradável” de “arroz, grão de bico ou couve” e um pequeno pedaço de pão. Era o suficiente apenas “para impedir que as mulheres morressem de fome”, mas elas permaneciam à mercê da “fome perpétua”. As famílias das presas não tinham recursos para enviar alimentos e os preços do pão e das frutas na cantina do cárcere era elevado. As mulheres “ficavam extenuadas ou contraíam enfermidades do estômago de consequências desastrosas”, inchavam “por falta de nutrição” sua menstruação desaparecia, “muitas sofriam de persistentes moléstias da pele e de chagas que não cicatrizavam nunca” e de infestação por parasitas (Schauer, 1943, p. 9, 23).

Detentas com penas inferiores a doze anos podiam trabalhar como enfermeiras e ajudantes de cozinha para reduzir a condenação à metade. Outras se dedicavam à costura, embora a maioria não tivesse dinheiro para adquirir os materiais necessários, vendidos pelas freiras “a um preço exorbitante”, como

sacos vazios de grão de bico, que eram desmanchados para que os fios fossem reutilizados na confecção de cinturões, agasalhos e peças de artesanato como animais, flores e bonecas. Antes das refeições, as presas “eram obrigadas a cantar com o braço levantado, hinos fascistas”. Orações eram conduzidas por religiosos em diferentes horários e dias da semana. Aulas de alfabetização ocorriam pelas manhãs, mas não havia biblioteca na prisão, “apenas alguns livros muito elementares e retrógados” e um periódico semanal de propaganda do regime e das forças do Eixo, *A Redenção*. A assinatura desse jornal dava às prisioneiras o direito a “escrever duas cartas por semana em vez de uma e a poder receber visitas seis vezes por mês em vez de quatro”. Apesar das terríveis condições a que estavam submetidas, todas as presas teriam “a absoluta certeza de que haverá uma radical mudança política após a vitória dos aliados e a derrota do fascismo, o que lhes devolvera a liberdade”. Circulavam nas prisões informações sobre derrotas Italianas na África, o que gerava entusiasmo para que “as mulheres dos cárceres medievais de Franco” forjassem “projetos para sua nova vida após a libertação” (Schauer, 1943, p. 9, 23).

O depoimento da esposa de Schauer destacava que nenhuma das mulheres recolhidas ao cárcere de Gerona era “criminosa no verdadeiro sentido da palavra”, sendo todas “presas políticas condenadas por um suspeito tribunal fascista de guerra e entregues aos cuidados das freiras”. Uma mulher de quarenta anos de idade, “inválida, com uma perna de madeira” tinha sido designada para o júri local durante a República, e fora por isso condenada por um tribunal franquista a trinta anos de prisão. Pouquíssimas delas haviam participado “na luta armada do Governo legal da República contra os bandos fascistas espanhóis e seus amos alemães e italianos”. A maior parte havia apenas cumprido “com suas obrigações, realizando seus habituais deveres como professoras ou enfermeiras ou ocupando-se de seus lares como donas de casas”. Muitas detentas eram “mocinhas que durante a guerra de intervenção fascista não passavam de crianças de tenra idade”. Havia “dois grandes dormitórios cheios de anciãs, avós”, nos quais a diversidade regional espanhola se destacava. Havia “trabalhadoras catalãs muito parecidas com as francesas do sul” mas também “ligeiras e gentis madrilhenhas, principalmente operárias de fábricas”. As “esposas, noivas,

irmãs e tias de valentes mineiros asturianos mulheres fortes, graves, sempre prontas para prestar algum auxílio” compartilhavam a prisão com “andaluzas de compleição africana, que cantam mais e trabalham menos do que as outras e que nunca se cansam de pentear seus belos e brilhantes cabelos negros”. Muitas já havia passado por outros cárceres, onde lhes raspavam a cabeça. Ouviram “os gritos de dor e de grandes sofrimentos físicos de infelizes companheiras” e os “disparos de pelotões de fuzilamento”. Mulheres jovens “privadas da liberdade por espaço de trinta anos” estavam condenadas “a se consumirem no cativeiro” algumas delas, argumentava o jornalista, seriam libertadas apenas como “velhas desdentadas”. Uma mulher de cinquenta anos, doente do coração, fora condenada porque “seu esposo havia ocupado o cargo de Diretor de Cárcere de Gerona” durante a República. Outra “havia desempenhado com seu esposo o cargo de porteira naquele próprio convento” que tinha sido transformado pela República em hospital militar do Governo. O casal foi condenado a dezesseis anos (Schauer, 1943, p. 9, 23).

Duas irmãs, com mais de trinta anos, “criadas de serviço que regressaram de França no fim da guerra”, tinham sido condenadas a trinta anos “porque seus irmãos, que eram da Catalunha, conseguiram fugir para a França”. Uma velha camponesa “que costumava ir ao mercado pela manhã para vender leite em um burro, foi denunciada por ter amarrado à crina do animal uma fita vermelha”. Outra “foi condenada a doze anos de prisão porque confessou ter tomado parte num empréstimo socialista”. Uma asturiana de quarenta anos “foi por duas vezes colocada no paredão das execuções tendo ao lado um filho de dezesseis anos e uma filha de quatorze, porque se negou a declarar onde estava o marido foragido”. O rapaz morreu fuzilado, a moça em resultado de espancamento e a mãe, condenada a 16 anos de prisão, bradava repetidamente: “Injustiça! Injustiça!”. Assim, concluía Schauer, viviam “as mulheres espanholas nos cárceres fascistas do Caudilho Franco, depois de esmagada a heroica República pela ferrenha e sanguinária intervenção de Hitler e Mussolini” (Schauer, 1943, p. 9, 23).

Em novembro de 1943, uma matéria de C. Patrick Thompson sobre a atuação das artilheiras mulheres britânicas que já constituíam a metade do pessoal da

Defesa Contra Aviões era apresentada por *Diretrizes* como “um testemunho do heroísmo da mulher inglesa, destemerosa lutadora da batalha mundial contra o hitlerismo” (Thompson, 1943, p. 27). O texto começa relatando o sucesso da ex-estênógrafa Jeannie, “uma pequena viva, de alegres olhos negros e cabelos curtos e crespos”, em abater “segundos após a ordem de fogo” um avião alemão num posto costeiro do Corpo de Observadores. Seus pais haviam sido mortos por uma bomba atirada em Londres, em 1941, e depois disso ela se alistou como voluntária “para servir nas baterias mistas antiaéreas”. Um ano depois, quando já dirigia uma bateria de quatro canhões, ela dormia quando soou o alerta: “Raid inimigo! Vinte aviões à vista!”. Teve que saltar da cama e vestir rapidamente a roupa de combate sobre o pijama para dar a ordem de disparo no momento correto aos municidores que “na culatra das peças, empunhavam os obuses”. O trabalho de defesa antiaérea ocorria “sob grande tensão nervosa”, pois era preciso levar em conta “a mobilidade dos alvos, que não é pequena” e considerar que as granadas de tempo explodiriam no céu 12 ou 15 segundos após o disparo, espalhando “num raio de 50 a 100 pés, a mortífera carga de aço que levam em seu ventre”. Mas, dizia o jornalista, “as mulheres, em geral, são cuidadosas quanto aos pequenos detalhes”, o que seria demonstrado pela eficácia das ações comandadas por Jeannie (Thompson, 1943, p. 27).

Um major da DCA, “que tinha a seu cargo várias moças”, relatava que “as guarnições de mulheres conservam os motores diesel mais limpos e em melhor estado que as equipes masculinas”, principalmente após terem sido desafiadas com a afirmação de que “cuidar de motores é serviço para homens”. As “moças artilheiras”, todas elas voluntárias desempenhavam “um duro trabalho e seus postos frequentemente são isolados, a muitas milhas das cidades e aldeias”, em condições que variavam de “alojamentos confortáveis, numa velha mansão, com um bonito parque” a postos a oito milhas da cidade mais próxima, num “trecho deserto da costa, num terreno pantanoso” onde se falava mais nos “insetos do que mesmo nas bombas dos nazistas” (Thompson, 1943, p. 27).

O comandante de um posto na Costa Sul apresentou o jornalista a uma “campeã mundial”, “uma senhorita loura, de lábios pintados a batom de cantina” que havia derrubado “dois ‘Jerries’ com um só disparo de bateria”.

Eram “dois aviões germânicos possivelmente dirigidos por pilotos recrutas ou muito distraídos” que “voavam emparelhados como se fizessem um inocente passeio em tempos de paz”. A artilheira feminina desmentia assim “a teoria nazifascista segundo a qual a mulher destina-se, apenas, ao desempenho de funções menos importantes, mantendo-se, eternamente, como um ser inferior ao homem”. Com um só disparo, ela havia derrubado “dois aviões tripulados por dois homens, dois arianos, dois fascistas pertencentes a uma raça superior [...]”. Mas o perigo rodava a ação das artilheiras. Em um dos postos, “via-se na parede o retrato de uma bonita moça, de olhos claros e ar sorridente”. Era Norah Caventy, “a primeira mulher da DCA a morrer em ação”, esmagada por uma parede desabada num abrigo antiaéreo surpreendido por um “raid súbito” (Thompson, 1943, p. 27).

Na “batalha da produção”, as mulheres britânicas também se destacavam. Uma matéria de outubro de 1943 exibia uma moça “robusta e encantadora” conduzindo um trator “com habilidade e confiança”, um exemplo de que “as jovens inglesas se mostraram não somente uteis, como ainda excessivamente competentes”. Após um “treino cuidadoso e especializado”, o Corpo Feminino de Serviço Florestal havia conseguido “se assenhorear dessa ocupação exclusivamente masculina”, cuja importância “no esforço bélico britânico” não poderia ser subestimada. A guerra tinha aumentado enormemente as necessidades em madeira, sendo 60% da produção destinada aos estaleiros, e a demanda era atendida, majoritariamente, “por um exército composto de 5.000 robustas mulheres inglesas”. Pela primeira vez na história, “das sete e meia da manhã às cinco horas da tarde”, ecoavam “nas florestas as instruções dadas em voz feminina”. Cada grupo de quatro jovens abatia, num dia, “nada menos do que 25 a 30 árvores de tamanho médio”. Paralelamente, outro ramo da Comissão Florestal, composto por “*tree girls*” se dedicada a “plantar novas árvores no país todo”, atingindo, apenas no primeiro ano de guerra, a meta de seis milhões de mudas plantadas. As jovens também compunham patrulhas contra incêndios florestais (A madeira [...], 1943, p. 14).

Feministas, guerrilheiras, trabalhadoras e mães

As matérias reproduzidas de órgãos da imprensa internacional traçavam um panorama da guerra como um processo em que as mulheres surgiam como heroínas ocupando lugares tradicionalmente masculinos na economia e nas atividades militares ou como vítimas da barbárie fascista que buscava confiná-las em posições de inferioridade e dependência. Com a tendência de vitória aliada consolidada, em 1944 começa a se explicitar a discussão sobre como as mulheres brasileiras se situariam diante das transformações globais da condição feminina.

A publicação da tradução brasileira do romance *Solidão*, de Fannie Hurst pela editora Civilização Brasileira, tendo como foco sobre o feminismo britânico nas primeiras décadas do século XX motivou um, ou uma, articulista, de *Diretrizes* que se identificava apenas como “D.” a traçar um contraste entre as sufragistas ocidentais, no que tinham de “tocante e ridículo” e as “terroristas da revolução Russa de 1905”. As primeiras eram descritas como mulheres que “pretendiam raptar políticos em Londres, jogar bombas no Parlamento, tomar o poder, instalar no mundo inteiro todo um matriarcado tirânico e reacionário” que substituiria “leis de classe dos homens por leis de classe das mulheres” (D., 1944, p. 9).

Já as feministas estadunidenses retratadas por Hurst, numa visão filantrópica, buscavam “salvar as mulheres oprimidas e mendigas dando-lhes boas casas com bons banheiros”. Na vida pessoal, seriam “assexuadas e ardentes ao mesmo tempo”, carregando o peso de “todos os erros e desvios de uma luta na qual a mulher não pode encontrar a chave de seus problemas seculares”. As personagens percorriam “os bairros da miséria” recolhendo “mulheres que os homens e o capitalismo maltrataram e degradaram”. Tratava-se, dizia a resenha, de “um documento curioso no qual vemos como o simples feminismo fracassa”, comprovando que “os caminhos políticos da mulher só podem ser abertos ao lado de seus companheiros homens identificados nos mesmos interesses de liberdade, nos mesmos pensamentos e nos mesmos objetivos contra a miséria, a injustiça, os atrozes preconceitos e interesses” (D., 1944, p. 9).

O “feminismo filantrópico e histórico norte-americano” retratado no livro representaria “uma etapa da evolução política das mulheres, um impulso da emancipação social das antigas escravas, das antigas servas e das tristes e recalçadas domésticas”. Em muitos países, as mulheres ainda sofreriam “a sistemática opressão através do Código Civil, da pedagogia, do dinheiro, da moral, da religião e do quotidiano egoísmo dominante”. Mas a realidade recente era da mulher “adquirindo cada vez mais uma poderosa consciência de seu destino”. O que se via “na União Soviética, na Inglaterra, nos Estados Unidos” era a mulher conquistando “ao lado de seu companheiro, um lugar em que não perde em feminilidade, em graça e em tudo que trouxe de melhor do passado e ao mesmo tempo obtém a sua total dignidade, os seus direitos humanos”. Assim seriam “as mulheres soviéticas na guerra, libertadas em 1917”, assim como “as mulheres nas universidades, nos laboratórios e nas baterias antiaéreas de Londres” e as mulheres “nas grandes fábricas de armas norte-americanas” (D., 1944, p. 9).

A mulher na Rússia seria “aquela que defendeu Stalingrado e, em plena guerrilha, não denuncia os seus companheiros embora seja enforcada, como Zoia, na aldeia ocupada pelos nazistas”. A feminista da Inglaterra compreenderia agora “que a luta entre sexos era uma aberração política”, e que o que importava era “outra luta, a do trabalho contra os lucros ilícitos” e contra os que haviam feito “empréstimos de milhões a Hitler”. Em Nova York as mulheres começavam a compreender que “a filantropia é um luxo das ‘elites’ e que o ser humano não se divide e hostiliza senão em categorias sociais e nunca por diferenças biológicas”. O relato de Hurst sobre o “já remoto feminismo frenético e ingênuo nos Estados Unidos” serviria por contraste para medir o “quanto a mulher progrediu e vem se libertando”. As “feministas de ontem” seria apenas “uma lembrança, temas de romances históricos”, diante “da mulher em plena ação de sua liberdade, diante das guerrilheiras de Tito e de aviadoras nos céus da guerra contra Hitler” (D., 1944, p. 9).

Mas a emergência de um mundo no qual a mulher teria que compatibilizar suas responsabilidades familiares tradicionais com o espaço ampliado conquistado no mercado de trabalho trazia novos desafios e demandas. Uma

autora identificada como Aurélia recorreu a um relato semificcional para justificar a necessidade do estabelecimento de creches junto aos locais de trabalho. A história começa com a personagem Rose em casa, no meio da noite, copiando trechos do regulamento da escola maternal em que trabalhava como servente, apesar de ser uma “jovem culta”. As ideias registradas pela servente destacavam que o estabelecimento pré-escolar se constituía num meio de “passagem do ambiente de família para a da escola propriamente”, pois conservava “a doçura afetuosa da família” ao mesmo tempo que introduzia “o trabalho e a disciplina escolar”, aplicando um método que “consiste em imitar os processos de educação de uma mãe inteligente e devotada” (Aurélia, 1944, p. 24).

Após roubar “algumas das suas já tão poucas horas de descanso” no estudo do regulamento, Rose se levantava cedo para “começar a lida diária na Escola Maternal”, que recebia “aquele bando de crianças de dois a sete anos” de um bairro pobre, “enquanto os pais lutam para lhes garantir a continuação daquela miséria”. O artigo comenta que justamente quanto uma “mãe inteligente e devotada” precisava “empregar essas qualidades fora do lar”, se deparava com o “angustiante problema de conseguir a escola, o jardim de infância, a classe maternal ou a creche onde possa deixar os pequeninos” (Aurélia, 1944, p. 24).

Não se discutiria mais a tese de que “o lugar da mulher é a lar”, pois agora a mulher precisava “trabalhar para poder ter um lar”. A jovem trabalhadora sabia “que o casamento para ela não será uma aposentadoria”, pois teria que “continuar trabalhando para com o esforço comum do casal fazer face aos encargos do lar”. Nos primeiros anos, isso podia funcionar, “o amor amenizando a obrigação do trabalho”. Depois, apesar do “encanto que é sempre o nascimento do primeiro filho”, a existência passaria a ser “terrivelmente difícil”. Após a licença-maternidade, “com um garotinho de uns 2 meses para amamentar, precisando de mil cuidados especiais”, a mulher teria que voltar para a trabalho, tendo que enfrentar o problema de com quem deixar o bebê. A avó já estaria cansada por ter criado os próprios filhos, morando longe, doente, ou também precisando trabalhar. Nas famílias pobres e de classe média, não haveria “mais ninguém desocupado”. As irmãs mais novas estriam estudando, para trabalhar,

e as mais velhas enfrentando seus próprios problemas (Aurélia, 1944, p. 24).

A solução era “deixar o bebê com a empregada que entrou ontem, e que só está interessada no prêmio que vai disputar cantando samba no rádio”. Desse modo, o “pobrezinho” ficaria “a tarde inteira acalentado, não mais pelas melodiosas canções de berço” mas sim pelas “tragédias do morro na voz desafinada da preta”. Enquanto isso, a mãe seguia em pé no ônibus, porque os companheiros sentados raciocinavam que “se elas podem trabalhar fora, também podem andar de pé no ônibus, como os homens; direitos iguais”. Durante o dia, a mãe telefonaria angustiada para casa várias vezes: “Maria, a nenê tomou o leite? Já dormiu? Não chorou, não?”. As trabalhadoras teriam que se contentar com filhos únicos, já que “irmãzinha é luxo que vai ficando para os ricos”. O preço da maternidade era caro, e o “desejo natural de também ter um filho”, teria que “ser pago com sacrifícios e trabalhos dobrados” (Aurélia, 1944, p. 24).

“Aurelia” concluía que não havia dúvida que “esta guerra mudará a face da terra” e que “alguma coisa diferente surgirá de tanta desgraça”, mas ressaltava que “o período de transição pesa com toda intensidade sobre os ombros dos que o atravessam”. Quando ele passasse, todos colheriam “as uvas na nova Jerusalém”, mas o esforço teria que ser dispendido imediatamente para enfrentar “as necessidades que vão surgindo”, pois é “durante a guerra que se prepara a paz” e há muito a mulher havia deixado “de ser ornamento”, sem que ninguém lhes tivesse perguntado se queriam “deixar de ser isto ou aquilo”. A mudança tinha sido imperativa. A mulher precisava trabalhar e também precisava ter filhos “porque gosta, porque é a lei da natureza, ou por mil outras razões”. Seria desumano “proibi-la de ter filhos porque não tem a quem confiá-los” ou “condicionar o direito de ter um filho ao fato de conseguir ou não uma boa ama”, caso pudesse arcar com esse custo. A autora concluía: “A creche junto a trabalho. A escola maternal no bairro. O jardim de infância. O parque infantil. Eis o mundo liliputiano a organizar. Esforço de guerra para a paz de amanhã” (Aurélia, 1944, p. 24).

As reflexões de “Aurélia” são um exemplo emblemático da forma como os debates sobre a relação entre a Segunda Guerra Mundial e as mudanças na

condição social feminina circulavam na imprensa brasileira. A parte inicial do artigo contém diversos indícios de que se trata da tradução de um texto sobre o papel da creche para as mães trabalhadoras na França. Já imagem da empregada doméstica cuidando do bebê enquanto ensaia para o concurso radiofônico de samba alerta que a narrativa transitou para uma intersecção de classe, raça e gênero tipicamente brasileira. A trabalhadora nacional alvo da publicação, contudo, teria empregada doméstica, e até mesmo telefone em casa, algo que não estava ao alcance nem mesmo de toda classe média nos anos 1940. Mesmo assim, se via pressionada pelas dificuldades de conciliar a vida profissional e a maternidade. Nem heroína, nem vítima, nem feminista nem guerrilheira, que balanço faria a mulher brasileira das transformações e continuidades nos papéis sociais femininos após a vitória aliada?

Conclusão: Mudanças e Continuidades no Pós-Guerra

Em junho de 1944, o *Correio da Lavoura* de Nova Iguaçu chamava a atenção dos seus leitores para uma consequência improvável da guerra: a maior exposição do corpo feminino. Já na Primeira Guerra Mundial, “quando a mulher não teve papel tão preponderante quanto nesta”, argumentava o autor do artigo, as “compridas saias até o tornozelo” tinham começado “a subir assustadoramente, atingindo o clímax em 1928, quando chegaram a atingir um ponto acima do joelho, desnudando as bem modeladas pernas” (De Paul, 1944, p. 3). O impacto da Segunda Guerra Mundial na moda começara pela falta da seda, com a interrupção do fornecimento japonês após Pearl Harbor e o uso da matéria-prima disponível para a confecção de paraquedas. O algodão “antes desprestigiado passa a aparecer em desfiles do Gold Room do Astória. Ao mesmo tempo, os estilistas de Nova Iorque começavam a “tornar mais curtos os desfiles de baile, que assim ficariam mais econômicos e práticos” (De Paul, 1944, p. 3). Judy Garland em “Lili, a Teimosa”⁹ surgiu trajando dois modelos “com a saia acima do tornozelo”, uma inovação que o autor considerava interessante “para as mulheres que têm pés de Cinderela”. O fato, concluía o articulista, era que as mulheres que antes “primavam pela elegância” tinham agora “preocupações mais sérias nas grandes fábricas de bombardeiros, tanques, etc., ajudando a esmagar o fantasma do nazismo, e assegurando a seus filhos um mundo melhor

do que este em que vivemos” (De Paul, 1944, p. 3). Uma tendência da moda que poderia insinuar uma ameaçadora licenciosidade moral seria de fato, portanto, uma pragmática adaptação a um contexto de responsabilidades novas e mais relevantes assumidas pelas mulheres.

Mas era a presença política feminina que marcava o cenário de democratização do país. Em junho de 1945, o *Correio da Lavoura* noticiava a formação no Núcleo Feminino local do PSD (Tomou [...], 1945, p. 2) No mês seguinte, *Diretrizes* divulgava um “Comício monstro de mulheres” programado para Santos, no qual as participantes iriam “exprimir seu desagrado” com “os abusos dos açambarcadores e de negociantes gananciosos” e eleger “a comissão de senhoras que irá entregar um memorial ao chefe do Governo Federal solicitando a adoção de medidas concretas para o combate à carestia” (Comício [...], 1945, p. 3).

Em 1946, a revista registraria um jantar de confraternização das mulheres comunistas na “Churrascaria Gaúcha”, em homenagem “às militantes dos Estados, que vieram ao Rio, a fim de participar do Pleno Ampliado do Partido Comunista do Brasil”. A matéria destacava que era “a primeira vez, em nossa história, que as mulheres se organizam, participando ativamente da vida política”. Militantes como Alvina Rego, Maria da Penha, Laura Austregésilo, Arcelina Mochel, Clara Vitória e Jurema dos Santos pousavam sorridentes para uma fotografia fazendo o “V da Vitória” que se tornara símbolo unificador do antifascismo durante a guerra encerrada no ano anterior (O jantar [...], 1946, p. 5).

Este artigo se constitui num exercício preliminar de reflexão sobre o olhar da imprensa brasileiras sobre o impacto da experiência de guerra total levada ao extremo na Segunda Guerra Mundial nas mudanças no lugar da mulher na sociedade. São fontes que nos dão poucos elementos para um balanço sobre o alcance das mudanças efetivas na condição feminina no Brasil, exceto em aspectos em que isso é evidente, como a participação eleitoral do pós-guerra.

Mas chama à atenção a reiterada publicação de matérias, em geral de forte conotação propagandística e repletas de contradições, sobre as experiências

inovadoras das mulheres e outros países, assim como sobre o apelo ao engajamento da mulher brasileira em novas frentes de atuação associadas à participação do país na guerra. Elas indicam que também no que diz respeito às relações de gênero o período foi vivenciado sob o signo da confrontação entre duas visões de mundo diametralmente opostas. Retratam também uma forte expectativa de que a vitória aliada inauguraria uma nova era marcada pela igualdade de direitos e pela expansão e diversificação das esferas de atuação das mulheres.

Referências

A MADEIRA e a guerra - Ecoam nas florestas britânicas as instruções em voz feminina. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 183, p. 14, 30 dez. 1943.

A MULHER Também Tem Deveres Cívicos. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 108, p. 1, 19, 23 jul. 1942.

ALEXANDER, Peter. South African and US Labour in the Era of World War II: Similar Trends and Underlying Differences. In: HALPERN, Rick; MORRIS, Jonathan (ed.). *American Exceptionalism? US Working-Class Formation in an International Context*. London: Palgrave MacMillan, 1997. p. 244-269

ANDERSON, Perry. The Common and the Particular. *International Labor and Working-Class History*, New Haven, v. 36, p. 31-36, 1989. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0147547900009303>

AURELIA. La Maternelle: as mães que trabalham. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 184, p. 24, 6 jan. 1944.

BERNARDES, Margarida Maria Rocha; LOPES, Gertrudes Teixeira; SANTOS, Tânia Cristina Franco. O cotidiano das enfermeiras do exército na força expedicionária brasileira (FEB) no teatro de operações da 2ª Guerra Mundial, na Itália (1942-1945). *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 13, n. 3, p. 314-321, jun. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692005000300005>

CALDER, Angus. *The People's War: Britain 1939-1945*. London: Pimlico, 1992.

CENTENO, Miguel Angel. *Blood and debt : war and the nation-state in Latin America*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2002.

COMÍCIO monstro de mulheres contra a carestia da vida. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, n. 259, p. 3, 26 jul. 1945.

CONFERENCIA INTERAMERICANA SOBRE PROBLEMAS DE LA GUERRA Y DE LA PAZ. *Derechos de la mujer en América*. Ciudad de México: CIPGP, 1945. Disponível em: <https://www.dipublico.org/106567/derechos-de-la-mujer-en-america-conferencia-interamericana-sobre-problemas-de-la-guerra-y-de-la-paz-ciudad-de-mexico-1945/>. Acesso em: 29 set. 2024.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração: USP, 2000.

D. As feministas de ontem e as guerrilheiras de hoje. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 185, p. 9, 13 jan. 1944. Front literário.

DE PAUL. As Pernas como Problema na Guerra. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, p. 3, 11 jun. 1944.

ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ELEY, Geoff. War and the Twentieth-Century State. *Daedalus*, [s. l.], v. 124, n. 2, p. 155–174, 1995.

FARHAT, Emil. Que as mulheres nos ajudem - a contribuição da mulher para a vitória. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 135, p. 9, 28 jan. 1943.

FIELD, Geoffrey. Perspectives on the Working-Class Family in Wartime Britain, 1939–1945. *International Labor and Working-Class History*, New York, v. 38, p. 3–28, 1990.

FORTES, Alexandre. *The Second World War and the Rise of Mass Nationalism in Brazil: Class, Race and Citizenship*. Cham: Springer International Publishing, 2024.

FRACCARO, Gláucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

FRENCH, John David; CLUFF, Mary Lynn Women and Working-Class Mobilization in Postwar São Paulo, 1945–1948. In: FRENCH, John David; JAMES, Daniel (ed.). *The Gendered Worlds of Latin American Women Workers*. Durham: Duke University Press, 1997. p. 176–207.

FRENCH, John David; JAMES, Daniel *The gendered worlds of Latin American women workers : from household and factory to the union hall and ballot box*. Durham: Duke University Press, 1997.

HERMAN, Rebecca. *Cooperating with the colossus: a social and political history of US military bases in World War II Latin America*. New York: Oxford University Press, 2022.

HOBBSBAWM, Eric J. *Age of extremes : the short twentieth century, 1914-1991*. London: Michael Joseph; New York: Viking Penguin, 1994.

ISKARIALINA, Irina. As Mulheres Russas Defendem os Seus Lares. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 165, p. 5–6, 26 ago. 1943.

JAMES, Daniel. *Doña María's story : life history, memory, and political identity*. Durham: Duke University Press, 2000.

LAVRIN, Assunción. *Women, feminism, and social change in Argentina, Chile, and Uruguay, 1890-1940*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1995.

LICHTENSTEIN, Nelson. Class Politics and the State during World War Two. *International Labor and Working-Class History*, New York, v. 58, p. 261–274, 2000.

MARQUES, Teresa Cristina Novaes. Raça e Gênero na revista “Em Guarda Contra o Perigo das Américas”: os Estados Unidos que os brasileiros devem ver. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 23, n. 3, p. 401–413, 21 out. 2019.

MILKMAN, Ruth. *Gender at work: the dynamics of job segregation by sex during World War II*. 3. ed. Urbana: Univ. of Illinois Pr, 1987.

MOTA, Laís. A Postos pelo Brasil. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, p. 2, 11 dez. 1942.

NUNES, Guilherme Machado. *Mulheres Comunistas no Brasil : Elisa Kauffmann Abramovich, Julieta Battistioli e Júlia Santiago da Conceição (1935-1965)*. 2021. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

O JANTAR das mulheres comunistas. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, n. 403, p. 5, 14 jan. 1946.

PAVILACK, Jody. *Mining for the nation : the politics of Chile's coal communities from the Popular Front to the Cold War*. University Park: Pennsylvania State

University Press, 2011.

PINTO, Céli. *Uma história do feminismo no Brasil*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2023.

PRECISAMOS de 20 mil enfermeiras: Apelo à Mulher Brasileira. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 87, p. 1-53, 26 fev. 1942.

REGO, Alceu Marinho. A Mulher Na Luta. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 123, p. 10, 5 nov. 1942.

SCHAUER, Ernesto. Mulheres espanholas na prisão. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 167, p. 9, 23, 9 set. 1943.

SIEGELBAUM, Lewis H. *Stakhanovism and the Politics of Productivity in the USSR, 1935-1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

SILVEIRA, Silvino. A Educação da Mulher. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, p. 1, 14 dez. 1941.

SOARES, Tamire Xavier. A guerra no prato: uma breve análise sobre o problema de abastecimento de carne verde no Rio Grande do Sul, durante a Segunda Guerra Mundial. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 11, p. 1-14, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2019.e67086>

THERBORN, Göran. *Sexo e poder: a família no mundo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

THOMPSON, Patrick C. Mulheres que derrubam aviões. *Diretrizes*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 177, p. 27, 18 nov. 1943.

TOMOU posse o Núcleo Feminino do PSD. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, p. 2, 22 jun. 1945.

Notas

¹Este trabalho foi elaborado como resultado de pesquisa apoiada por bolsa de Produtividade em Pesquisa (1D) do CNPq e bolsa Cientista do Nosso Estado (Faperj).

²Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2001), Professor Titular da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.

³A coleção de *Diretrizes* foi consultada no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Como instrumento de pesquisa auxiliar, foi utilizada a catalogação dos artigos da revista desenvolvida sob minha supervisão pelos bolsistas de iniciação científica Vitória Godoy de Andrade, Erick Henrique Sampaio da Silva, Ana Carolina Januário

Santos de Melo e Larissa de Oliveira de Andrade (PIBIC-CNPq e Faperj) na plataforma Zotero.

⁴A coleção do Correio da Lavoura foi digitalizada pelo Centro de Documentação e Imagem da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e pode ser consultada no Repositório Institucional de Múltiplos Acervos. Como instrumento de pesquisa auxiliar foi utilizada a catalogação de matérias referentes à Segunda Guerra Mundial desenvolvida pelos bolsistas de iniciação científica Eron Santos Pereira, Leila Nascimento Santos Braz, Hugo Leonardo Costa Azevedo e Louise Queiroz Pinto Vailante (PIBIC-CNPq e Faperj) em planilha Excel.

⁵Um exercício semelhante, com foco em uma publicação estadunidense voltada para o público brasileiro pode ser observado em: (Marques, 2019)

⁶Sobre a experiência das enfermeiras incorporadas à Força Expedicionária Brasileira, ver: (Bernardes; Lopes; Santos, 2005)

⁷A pioneira aviadora britânica Amy Mollison faleceu em 1941 ao tentar aterrissar no Rio Tâmsa quando voava em condições atmosféricas aversas, atuando no *Air Transport Auxiliary*.

⁸O nome atribuído pela URSS à sua participação na Segunda Guerra Mundial

⁹No original, “Presenting Lily Mars”.